



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 70/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 01 de junho de 2022

Aos

Licitantes

**Ref.: Concorrência nº 012/2021 - DECOMP/DA.****Processo nº 00110-00002474/2021-45**

**Objeto:** Contratação de empresa com vistas a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 01, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, licença ambiental, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos aos interessados na Concorrência em referência, que as empresas/consórcios HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e CONSÓRCIO WA (formado pelas empresas: WHITE TRATORES SERVIÇOS E TERRAPLENAGEM EIRELI e A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA), apresentaram Recursos Administrativos, tempestivamente.

Em razão dos Recursos ora apresentados, abre-se o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para apresentação de eventuais contrarrazões.

Informamos que as documentações encontram-se à disposição dos interessados no portal da NOVACAP ([www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)) e, ainda, na Divisão de Licitações e Contratos – Dilic/Decomp/DA, localizada no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A”.

Para mais informações, gentileza entrar em contato pelo telefone (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Atenciosamente,

**Ladércio Brito Santos Filho**

Chefe do DECOMP/DA.

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 01/06/2022, às 10:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **87715870** código CRC= **4EEA886F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



00110-00002474/2021-45

Doc. SEI/GDF 87715870

# HYTEC

## CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP – VINCULADA A SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

Ref: **CONCORRÊNCIA Nº 012/2021 – DECOMP/DA.**  
**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA**, vem, tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, com esteio do item 6.2 do edital epigrafado e no art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do ato que entendeu pela desclassificação desta licitante, pelos motivos de fato e de direito que passa a expender:

### 1.0. DA TEMPESTIVIDADE.

01. A Construtora subscritora tomou ciência acerca da decisão que declarou sua inabilitação no certame licitatório em 24/05/2022 (terça-feira). Sendo assim, o prazo de 5 (cinco) dias para interposição do presente recurso iniciou-se em **25/05/2022 (quarta-feira)**, pelo que se encerrará apenas em **31/05/2022 (terça-feira)**. Logo, é tempestivo o presente ato procedimental.

### 2.0. BREVE SINOPSE.

02. Dedicar-se o presente recurso administrativo a demonstrar que a empresa recorrente cumpriu o Edital da licitação, sendo equivocada a sua inabilitação.

03. Segundo restou consignado na Ata de Divulgação da Análise da Concorrência Pública nº 012/2021 – DECOMP/DA, a recorrente supostamente não teria atendido a regra estabelecida no subitem 6.1.3 do edital, cujo teor determina a juntada do Balanço Patrimonial do último exercício social.

04. Nesse diapasão, faz-se mister trazer à colação o teor da citada regra editalícia. Observe-se:

#### **6.1.3. Relativamente à qualificação econômico-financeira:**

a) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

[...]

05. Não é preciso muito esforço intelectual para inferir que a regra estabelece o que o balanço já deve ser **EXIGÍVEL** na forma da legislação, ou seja, a empresa deve carrear ao processo licitatório o balanço patrimonial no qual a legislação já tenha exigido sua apresentação e registro.

06. Contudo, restará demonstrado ao longo destas razões recursais que o balanço patrimonial do exercício de 2021 ainda não é exigível pela legislação, visto que a Receita Federal do Brasil através da Instrução Normativa RFB nº 2082, 18 de maio de 2022, alterou os prazos da Escrituração Contábil Digital (ECD).

**3.0. DAS RAZÕES RECURSAIS. DO PRAZO LEGAL PARA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO 2021. DOCUMENTO NÃO EXIGÍVEL POR LEI. DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2082, DE 18 DE MAIO DE 2022. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL ATÉ O DIA 30/06/2022.**

07. Consoante narrativa pretérita, a recorrente foi inabilitada em razão da suposta violação a regra do subitem 6.1.3 do edital, a qual determina a anexação o balanço patrimonial do último exercício contábil devidamente registrado na junta comercial.

08. Sucede que a norma editalícia é clara ao asseverar que o balanço patrimonial a ser acostada aos documentos de habilitação da licitante deve encontrar-se no período de exigibilidade legal. Ou seja, a concorrente deve acostar à sua proposta o último balanço registrado na junta comercial no qual legislação de regência tenha estabelecido o prazo para sua divulgação e registro.

09. Com efeito, a Receita Federal publicou a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, cujo conteúdo cria os regramentos acerca da Escrituração Contábil Digital (ECD); por sua vez, determina que as empresas devem apresentar suas escriturações até o último dia do mês de maio do ano subsequente ao exercício social que findou. Sucede que, o Órgão Federal publicou, em 18/05/2022, a Instrução Normativa nº 2082, que **prorrogou o prazo para apresentação das Escrituração Contábil das empresas para o último dia do mês de junho de 2022**, isto é, **os balanços patrimoniais só serão exigíveis a partir de 30/06/2022.**

10. Diante da prorrogação do prazo para entrega das escriturações contábeis, a recorrente ficou desobrigada de carrear ao processo licitatório o balanço patrimonial de 2021, eis que sua exigibilidade legal só ocorrerá após o término do prazo estabelecido na referida Instrução Normativa nº 2082, qual seja: **30/06/2022.**

11. Registre-se que alguns órgãos da administração pública se apegam **equivocadamente** as regras estabelecidas nos arts. 1.065 e 1.078, inciso I, do Código Civil, os quais determinam a confecção do balanço patrimonial e sua deliberação pelos sócios até o quarto mês do ano subsequente ao término do exercício social.

12. Frise-se que Lei Ordinária Federal assevera que o balanço deve ser elaborado pelas sociedades empresárias (art. 1.065) e seus sócios devem deliberar (art. 1.078, I), contudo,



não estabelece prazo específico para escrituração contábil e/ou registro do balanço patrimonial.

13. Em virtude de a norma civil ser silente acerca do prazo exato para elaboração e divulgação dos balanços patrimoniais, a Receita Federal vem exarando instruções normativas que estabelecem prazos para que os dados contábeis sejam registrados e divulgados pelas empresas, conforme articulado alhures.

14. Outrossim, em razão de supostos conflitos normativos que induzem à administração pública e os próprios administrados ao erro, o **Tribunal de Contas da União** foi instado a deliberar acerca da matéria e reconheceu que exigibilidade do balanço patrimonial decorre da data estabelecida nas Instruções Normativas da Receita Federal.

15. Nesse contexto, mister se faz trazer à colação trecho da judiciosa decisão proferida pelo Tribunal de Contas. Observe-se:

“A exigência para apresentação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, para as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Contábil (Sped) , só se inicia a partir do último dia estipulado pelas normas da Secretaria da Receita Federal para apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) . O prazo previsto no Código Civil (30 de abril) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação.” Acórdão 472/2016-Plenário. (Grifamos)

16. O Tribunal de Contas da União revisitou o mesmo tema no julgamento do Acórdão nº 119/2016 – Plenário. Neste julgado, especificamente, restou consignado no acórdão que o órgão licitante deve se pautar pelos princípios que norteiam os certames licitatórios, notadamente os princípios máxima competitividade e da seleção da melhor proposta.

17. Nesse diapasão, convém transcrever brevíssimo trecho do citado acórdão do Tribunal de Contas. Vejamos:

41. A análise da documentação comprobatória para fins de habilitação em licitação, portanto, demandava avaliação não apenas da legalidade estrita, como também de economicidade. Essa afirmação ganha contornos ainda mais relevantes quando existente instrução normativa da Receita Federal (IN 1.420) que elastece o prazo conferido pelo Código Civil para a apresentação do documento contábil. (Grifamos)

18. No caso vertente, não sobejam dúvidas que a recorrente não estava obrigada a juntar o balanço patrimonial dada sua inexigibilidade legal, pois, como susodito, as escriturações contábeis só serão exigíveis a partir de 30/06/2022.



19. Por oportuno, observem-se as disposições constitucionais e legais atinentes à situação ora enfrentada, mais especificamente o art. 37, XXI, da Constituição Federal e o art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93:

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

Art. 37 [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

**LEI FEDERAL N.º 8.666/93:**

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

20. Dados os critérios constantes na Constituição Federal e na Lei de Licitações, notadamente quanto à permissão somente para exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações e quanto ao objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa, não é cabível que a Administração se apegue ao **excesso de formalismo** para promover a inabilitação da recorrente por ausência de documento comprovadamente não exigível.

21. Convém ainda demonstrar que não é juridicamente possível desclassificar uma licitante por uma **mera presunção de irregularidade formal**, à medida que o interesse público deve prevalecer e, neste caso, o interesse público exige a habilitação do maior número possível de empresas. Ademais disto, não se pode olvidar que a natureza dos certames licitatórios é a busca de uma proposta mais vantajosa para o ente público, de modo que supostas irregularidades formais não podem ser obstáculo para tanto.

22. Em nome do princípio da razoabilidade, os órgãos licitantes não devem se ater a preciosismos inúteis, que venham tão-somente embaraçar uma maior participação de licitantes no certame, sob pena de descartar indevidamente aqueles que estejam aptos à realização do objeto licitatório por mera formalidade, em detrimento do interesse público. O rigor excessivo não pode ser óbice à avaliação conjunta de todas as demais informações disponíveis sobre o licitante, muito menos quanto estas demonstram cabalmente que o licitante cumpria regularmente todas as condições para participação no certame.

23. O saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles defende a observância obrigatória do princípio da supremacia do interesse público na interpretação do Direito Administrativo. Sustenta que o princípio se manifesta especialmente na posição de superioridade do poder público nas relações jurídicas mantidas com os particulares, superioridade essa justificada pela prevalência dos interesses coletivos sobre os interesses individuais. Para ele, o interesse coletivo, quando conflitante com o interesse do indivíduo, deve se sobrepor<sup>1</sup>.

24. Não se pode, com isso, admitir que sejam feitas exigências contrárias à própria legislação de regência, notadamente as Instruções Normativas da Receita Federal, com fito de inabilitar umas das licitantes diminuindo a competitividade do certame e causando prejuízo à administração, eis que a melhor proposta pode estar sendo descartada por mero apego ao formalismo.

25. Segue abaixo ampla e farta jurisprudência dos tribunais pátrios, da qual se extrai que as formalidades podem e devem ser afastadas em nome do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade. Veja-se:

AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO COMO AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. IBAMA. CERTIDÃO DE IDONEIDADE. **HABILITAÇÃO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. FORMALISMO EXCESSIVO AFASTADO.** DILIGÊNCIA DESTINADA A ESCLARECER OU COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO. EMPRESA SUBCONTRATADA. EXPRESSA PREVISÃO NO EDITAL. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL ATENDIDA. SÚMULA Nº 263/2011 DO TCU. O procedimento de licitação, em nome do interesse público, deve proporcionar a participação do maior número possível de licitantes, para tanto devendo ser afastadas formalidades excessivas. A ocorrência de mera irregularidade, superada à vista de outros elementos verificados no procedimento, não impede a habilitação, mormente quando o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento, que foi atendida no caso. Edital que expressamente permite empresa subcontratada (art. 78, IV, da Lei nº 8.666/93), com capacitação técnico-operacional da parte impetrante comprovada nos autos (Súmula 263/2011 do TCU). **Hipótese em que, apesar de não ter constado certificado de regularidade no IBAMA, dentro do envelope, apenas consulta ao "site" daquela autarquia quando da habilitação, a questão foi posteriormente esclarecida e complementada com diligência destinada para tanto, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93, afastando o formalismo excessivo no caso....** Precedentes do TJRS e STJ. Agravo regimental conhecido como agravo, desprovido. (TJ-RS - AGR: 70065950214 RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Data de Julgamento: 20/08/2015,

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 95.



Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/08/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO. SUSPENSÃO. IRREGULARIDADES NA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. INEXISTÊNCIA. **PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.** As irregularidades apontadas pela agravante não são suficientes para macular a habilitação da empresa vencedora do certame licitatório, considerando a inexistência de dúvida quanto à empresa certificada pelo CREA/GO, cujas certidões são dotadas de fé pública. Não restou demonstrada a incapacidade da vencedora para executar a obra licitada, tendo sido apresentado Certificado de Registro Cadastral (CRC) perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que demonstram a boa situação da empresa, cujo patrimônio líquido atende à regra prevista no item 29.6 do edital. Os elementos constantes dos autos não demonstram a existência de irregularidade na habilitação da empresa, a qual atendeu aos objetivos da Agravo de instrumento desprovido.

(TRF-3 - AI: 5604 MS 0005604-63.2013.4.03.0000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL MÁRCIO MORAES, Data de Julgamento: 05/12/2013, TERCEIRA TURMA)

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. MEIRINHO ATESTOU RECEBIMENTO DA CONTRAFÉ PELAS PESSOAS CIENTIFICADAS DA DECISÃO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. NÃO VULNERAÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. HABILITAÇÃO DA AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. **1. Não viola a vinculação ao edital a adoção da proporcionalidade na análise dos documentos necessários à habilitação.** 2. Deve ser habilitada a licitante por ter comprovado, mediante certidões emitidas pelo CREA, a existência de vínculo permanente com o engenheiro que atestou o seu acervo técnico. 3. A exigência de certidão do órgão ambiental do Estado de Pernambuco é imperativo que restringe a competitividade, vez que a regularidade ambiental de sociedades sediadas em outros estados deve ser atestada pelos órgãos dos respectivos estados. 4. Admissibilidade da certidão de regularidade ambiental emitida pelo IMA - Instituto do Meio Ambiente, órgão de fiscalização ambiental do Estado de Alagoas, unidade federativa onde está sediada a usina de asfaltamento móvel. 5. Licitante agravada habilitada. 6. Suspensividade mantida. 7. Agravo regimental não provido. 8. Decisão unânime. (TJ-PE - AGR: 206049 PE 02060495,



Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento:  
28/01/2010, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25)

26. Assim, ante comprovação de inexigibilidade do documento que ensejou a inabilitação da recorrente, mostra-se imperioso que este órgão julgador observe a supremacia do interesse público, a necessidade de interpretação razoável e proporcional do Edital e considerando ainda o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal e nos arts. 3º, *caput*, Lei de Licitações, à conta disso requer-se seja DADO PROVIMENTO ao Recurso para declarar a oportuna habilitação da recorrente no respectivo certame licitatório, a fim de que possa se dar a benesse de participar das próximas fases licitatórias.

### DOS PEDIDOS.

Em face do exposto, requer-se seja dado **TOTAL PROVIMENTO** ao Recurso, no sentido de declarar HABILITADA a recorrente, eis que não foi desrespeitado qualquer item do Edital.

Na remotíssima hipótese de não acolhimento do presente recurso, requer a recorrente que a decisão seja encaminhada à Autoridade Superior.

Nestes termos,  
Pede Deferimento.  
Brasília/DF, 27 de maio de 2022.

**CRISTOVAO  
GOMES  
PEREIRA:  
23849339149**

Assinado digitalmente por CRISTOVAO GOMES  
PEREIRA:23849339149  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF  
A3, OU=(EM BRANCO), OU=03441656000138,  
CN=CRISTOVAO GOMES PEREIRA:23849339149  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
Localização: Brasília - DF  
Data: 2022-05-27 13:44:25  
Foxit Reader Versão: 9.7.1

**HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA**

**Eng. Cristóvão Gomes Pereira**  
**Responsável Técnico e Procurador**

**ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL – ECD**

Conforme dispõe a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, a Escrituração Contábil Digital (ECD), declaração que compreende a versão digital dos livros Diário e seus auxiliares, razão e seus auxiliares, balancetes diários, balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos, com apresentação obrigatória às pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, tem sua apresentação devida até o último dia do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração, conforme disposto no art. 5º desta mesma IN.

Cabe ainda mencionar que no último dia 19 de maio de 2022, foi publicada na edição do Diário Oficial da União, a Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022, prorrogando, em caráter excepcional, o prazo final para envio da declaração para o último dia do mês de junho de 2022, a ECD referente ao ano-calendário de 2021.

Brasília, 24 de maio de 2022.

JOAO PAULO  
GOUVEA QUIRINO DA  
COSTA:03308848163

Assinado de forma digital por  
JOAO PAULO GOUVEA QUIRINO  
DA COSTA:03308848163  
Dados: 2022.05.24 10:30:40  
-03'00'

---

JOÃO PAULO GOUVÊA QUIRINO DA COSTA  
CPF: 033.088.481-63  
CRC/DF 26201

**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E ORDENADOR DE  
DESPESAS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
- NOVACAP.**

**Ref. à Concorrência n.º 012/2021 – DECOMP/DA**

**Processo Administrativo n.º 0110-00002474/2021-45 - SODF**

O **CONSÓRCIO WA**, composto pelas empresas **WHITE TRATORES E SERVIÇOS EIRELI**, empresa privada inscrita sob o CNPJ n.º 04.000.710/0001-72, domiciliada nesta capital e **A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS**, empresa privada, inscrita sob o CNPJ n.º 08.054.995/0001-85, domiciliada no Estado do Pará, ambas representadas legalmente (m.j.) pelo Sr. **ISRAEL MACEDO RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o n.º 442.797.601-87 (m.j.), por intermédio de seu advogado, que esta peça subscreve (Procuração anexa), vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109, inc. I da Lei n.º 8.666/93 e no item 11 do Edital da Concorrência n.º 012/2021, apresentar, tempestivamente:

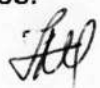
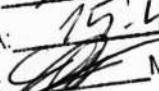
**RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão da Comissão Permanente de Licitação, que inabilitou o Recorrente, nos termos das razões de fato e de direito a seguir expostas, requerendo seu recebimento, regular processamento e deferimento:

**I – DOS FATOS**

Está em curso na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a **Concorrência n.º 012/2021**, cujo objeto é a contratação de empresa (s) para a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03/Lote 01, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da ABNT, DNIT, NOVACAP e, ainda, as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Instrumento Convocatório e seus anexos.

Em 24 de maio de 2022 foi realizada reunião da Comissão Permanente de Licitação, com vistas à análise da documentação de habilitação das empresas/consórcios licitantes (Envelope n.º 1 - Documentação), ocasião em que o Recorrente foi inabilitado nos seguintes termos:

 **RECEBIDO**  
DATA: 30.10.2022  
HORA: 15:47  
ASS:  MAT.: 74765-7



"(...) CONSÓRCIO WA – (formado pelas empresas: WHITE TRATORES E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUTORA A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA), por **não atender ao disposto no subitem 6.1.3., letra "a" do Edital (apresentaram balanços do exercício de 2020 – vencido em 30.04.2022) e subitem 6.1.4., letra "b.2" do Edital** (O consórcio não apresentou atestados de "EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM PISO INTERTRAVADO" suficientes para atingir o quantitativo requerido nos termos do Edital) (...)"

Ocorre que tal declaração foi realizada em desacordo com o contido no próprio Edital da Concorrência sob exame e com a legislação de regência da matéria, conforme restará demonstrado na presente peça recursal.

Este é o relato sucinto dos fatos.

## **II - DA TEMPESTIVIDADE**

O subitem 11.1 do Edital informa que os recursos administrativos deverão ser apresentados com base no art. 109 da Lei n.º 8.666/93, que assim determina:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata**, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

(...)

§ 2º **O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo**, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual **poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado**, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

(...)"

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

(grifo nosso)



Considerando que a lavratura da Ata de Reunião da Comissão de Licitação se deu em **24 de maio de 2022**, considera-se como data limite para registro das razões de recurso o **dia 31 de maio de 2022 (terça-feira)**, por tratar-se de prazo de natureza processual.

Desta forma, verifica-se a tempestividade do presente Recurso Administrativo, motivo pelo qual deve ser recebido, devidamente processado e, ao final, julgado procedente.

### **III – DO MÉRITO**

#### **III.1 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - VALIDADE DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS APRESENTADOS PELO RECORRENTE - CONSÓRCIO WA.**

Inicialmente, convém esclarecer que a participação de empresas reunidas em consórcio está permitida no instrumento convocatório, a teor de seu item 3.1.

A esse respeito, o item 6.1.11 do Edital norteou aos licitantes reunidos em consórcio que apresentassem individualmente os respectivos balanços patrimoniais, cuja exigência consta do item 6.1.3, alínea "a" do mesmo instrumento, senão vejamos:

*"6.1.3. Relativamente à qualificação econômico-financeira:*

*a) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.*

*(...)*

*6.1.11. No caso de consórcio, o atendimento às exigências de qualificação deverá obedecer o seguinte: a) Cada empresa deverá apresentar individualmente as exigências dos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 - letras "a", "b" e "c", 6.1.4 - letra "a", 6.1.5, 6.1.6 a 6.1.10."*

Destacamos que a qualificação econômico-financeira em procedimentos licitatórios tem o condão de comprovar que o licitante possui saúde financeira suficiente a demonstrar sua capacidade em executar o objeto ajustado, ou seja, que possui recursos financeiros para a satisfação dos encargos econômicos decorrentes do contrato.



A eventual insuficiência de recursos econômico-financeiros indicaria a inviabilidade da execução contratual por parte do licitante, posto que a este caberá arcar com as despesas da atividade.

O balanço patrimonial se presta justamente para tal comprovação e sua exigência está em conformidade com o art. 31, inc. I, da Lei n.º 8.666/93, que assim dispõe:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;*

Assim, a Administração somente pode solicitar dos licitantes a apresentação do balanço patrimonial já exigível.

Desta feita, as exigências relativas ao balanço patrimonial devem observar as regras normativas vigentes para a situação contábil das licitantes.

De acordo com o art. 1.065 do Código Civil, tem-se que o balanço patrimonial deve ser elaborado ao término de cada exercício social.

O art. 1.078 do Código Civil, a seu turno, estabelece que o balanço deve ser deliberado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, senão vejamos:

*Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:*

*I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.*

Interpretando sistematicamente os dispositivos, tem-se que os balanços devem ser apresentados até o término do exercício social, em 31 de dezembro, com aprovação até do dia 31 de abril, sendo que o balanço patrimonial do exercício anterior somente seria exigível a partir do dia 1º de maio do exercício em curso.

Assim, à primeira vista, os balanços patrimoniais referentes ao exercício de 2021 seriam exigíveis a partir do dia 1º de maio de 2022 e, **portanto, antes dessa data, somente seriam exigíveis os balanços do exercício anterior, ou seja, 2020.**

Ocorre que, com a criação do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e da Escrituração Contábil Digital – ECD, todas as empresas sujeitas à escrituração contábil estão obrigadas a adotá-la.





Sobre o assunto, veja-se os artigos 3º e 5º da Instrução Normativa n.º 2.003, de 18 de janeiro de 2021:

*Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.*

*(...)*

*Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.*

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas obrigadas a apresentar a ECD **terão até o final de maio do ano subsequente para apresentação do balanço**, de forma que **a exigibilidade do balanço do exercício anterior se dá a partir de tal data**.

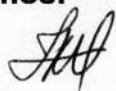
O Tribunal de Contas da União já se debruçou sobre o tema, determinando o seguinte:

*"A exigência para apresentação do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício imediatamente anterior, para as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Contábil (Sped) só se inicia a partir do último dia estipulado pelas normas da Secretaria da Receita Federal para apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD). **O prazo previsto no Código Civil (30 de abril) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação.**" Acórdão 472/2016-Plenário.*

Tal interpretação se justifica inclusive pelo fato de que seria descabido o entendimento de que haveria duas escriturações contábeis atinentes ao mesmo exercício, uma apresentada nos Livros junto à Junta Comercial e outra via Sistema Público de Escrituração Digital.

Assim, repisa-se que para as empresas obrigadas a apresentar a ECD, os balanços devem ser aceitos até o final de maio do ano corrente, sendo que somente a partir de então é que o balanço do último exercício seria exigível, não se podendo declarar como desatualizada a informação contábil antes do dia 31 de maio de 2022.

E mais, a **Instrução Normativa RFB n.º 2.082, de 18 de maio de 2022** prorrogou os prazos de transmissão da Escrituração Contábil Digital, nos seguintes termos:



*"Art. 1º Esta Instrução Normativa prorroga, em caráter excepcional, o prazo final para transmissão da:*

*I - Escrituração Contábil Digital (ECD), previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, para o último dia útil do mês de junho de 2022; e"*

A partir de tal premissa, é importante verificar os balanços apresentados pelas empresas componentes do Consórcio WA, no intuito de analisar sua validade para fins de habilitação, senão vejamos:

- a) o Balanço Patrimonial da Empresa **A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**, apresentado no Envelope n.º 1 da Concorrência, data de 31/12/2020 e, em seu rodapé contém informação assinada por seu Sócio Administrador e por seu Contador, nos seguintes termos:

*"Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.*

*As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 1.432 do Livro Diário n.º 10, do Balanço Patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme recibo do Sped Contábil Digital n.º 99.EE.A0.79.D0.14.8º.4E.A8.C4.74.E7.23.67.64. D0.31.E8.1F.A7-0, entregue em 16/04/2021, às 08:10:45. (...)"*

- b) Segue anexo ao Recurso o Recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital referente ao período de apuração de 01/01/2020 a 31/12/2020, **Código de Identificação n.º 4D.56.67.04.C8.18.D6.C4.4F.A8.D9.E8.03.6A.3A.79.5B.C9**. Consta nos autos, ainda, o Balanço Patrimonial da Empresa **WHITE TRATORES E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI LTDA**, datado de 31/12/2020 e, em seu rodapé consta informação assinada digitalmente por seu Sócio Administrador e por seu Contador, nos seguintes termos:

*"Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.*

*As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 80 do Livro Diário n.º 16, para o ano base de 2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará/JUCEPA o Arquivamento sob o n.º 219958718 em 20/04/2021. (...)"*

Ora, se ambas as empresas componentes do Consórcio WA se utilizam da Escrituração Digital Contábil apresentada via Sistema Público de Escrituração Digital, conforme acima demonstrado, **o prazo a elas aplicado para a exigibilidade do Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2021 é aquele constante na**

Instrução Normativa RFB n.º 2.082, de 18 de maio de 2022, ou seja, **a partir do último dia do mês de junho de 2022.**

**Antes disso, somente são exigíveis os balanços referentes ao exercício de 2020, conforme apresentados pelo Consórcio no ENVELOPE n.º 1.**

De outro lado, conforme já mencionado na presente peça, a finalidade da apresentação dos balanços patrimoniais é a de aferir a saúde financeira das licitantes e, nesse sentido, os documentos apresentados pelo consórcio WA são mais que suficientes para demonstrar a capacidade em executar o objeto sob o ponto de vista econômico-financeiro.

Portanto, **são válidos os balanços patrimoniais constantes do ENVELOPE 1 do Consórcio WA**, devendo ser aceitos, com a consequente habilitação do Recorrente, caso contrário estará esta Douta Comissão agindo em desconformidade ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade imputando ao ente público o ferimento ao princípio da ampla concorrência e restringindo as propostas de todos os concorrentes para obtenção do melhor preço, que atende a um dos pilares do interesse público.

Outrossim, a inabilitação da Recorrente também está a configurar ferimento aos princípios **da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo das propostas**, aos quais está subordinada a Comissão Permanente de Licitação.

Note-se que o princípio do instrumento convocatório, vinculado ao princípio da legalidade e da objetividade e, nesse sentido, o edital ou a interpretação deste por parte da Comissão de Licitação não pode se afastar da legislação de regência, ou seja, deve estar em conformidade com os normativos de hierarquia superior.

Consequência lógica de tal entendimento é a de que o Instrumento Convocatório não pode impor aos licitantes o cumprimento de exigências que se afastam das leis ou normativos atinentes a determinada matéria, sob pena de ferimento ao art. 5, inc. II, da Constituição Federal.

Ademais, dentre as finalidades do procedimento licitatório estão o atendimento ao princípio da isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, o que somente pode ser alcançado em estrita observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo da proposta.

A inabilitação equivocada do Recorrente, quando este evidencia cumprir os requisitos do edital é destituída de fundamentação razoável e está desvinculada da regra posta em Edital, notadamente se considerarmos que os balanços apresentados são válidos, conforme demonstrado acima.





Assim, ainda que a Comissão de Licitação entenda pela invalidade dos balanços apresentados, há que se ter em conta, com base no princípio do formalismo moderado, que o Recorrente foi capaz de comprovar sua capacidade econômico-financeira, afastando a inabilitação e considerando os documentos juntados por estarem aptos a comprovarem a capacidade econômico-financeira das concorrentes.

### **III.2 DA SUFICIÊNCIA DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELO RECORRENTE – CONSÓRCIO WA**

A qualificação-técnica dos licitantes abrange tanto a experiência da empresa quanto dos profissionais que irão executar o serviço objeto do certame.

A qualificação-técnica operacional é aquela referente à própria empresa, mediante a comprovação de seus atributos para desempenho do objeto com a combinação de seus fatores econômicos e das pessoas envolvidas na atividade empresarial, enquanto a qualificação técnico-profissional diz respeito à existência de profissionais ligados à licitante que possuam acervo técnico compatível – e não igual – com a obra ou o serviço cuja contratação pretende a Administração.

Ao tratar do tema, o art. 30 da Lei n.º 8.666/93 assim dispôs:

*“Art. 30. A documentação relativa à qualificação-técnica limitar-se á a:*

*II – comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e **compatível** em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.*

O objetivo da qualificação técnica é, portanto, garantir à Administração que a empresa possui as condições para a boa execução do objeto, ou seja, que o licitante está apto a cumprir com qualidade e expertise os encargos assumidos.

A obtenção da proposta mais vantajosa perpassa pela formulação de exigências técnicas que não restrinjam a competição e que resultem em proposta mais vantajosa para a Administração, conforme entendimento já consolidado no TCU, a teor do Acórdão n.º 1.214/2013 – Plenário.

E mais, a **compatibilidade entre os serviços que se pretende contratar e aqueles a que se referem os atestados apresentados pelos**



**licitantes devem ser entendidos como condição de similaridade e não de igualdade**, conforme também já assinalado pelo TCU no Acórdão n.º 553/2016 – Plenário.

Tem-se, portanto, que a **comprovação da qualificação técnica se dá mediante a apresentação de documentos que comprovem que o licitante executou obras parecidas, e não iguais, em quantidade e prazos compatíveis com aquela que está sendo licitada**, de forma que quaisquer outras exigências que limitem a competitividade estão vedadas pela lei.

O que de fato interessa para a Administração é que a Licitante tenha executado obras **semelhantes**.

Dessa maneira, as exigências de qualificação técnica não podem afrontar o princípio licitatório da competitividade e da isonomia entre os licitantes.

Lado outro, tem-se que a conduta da Comissão de Licitação, enquanto “órgão julgador”, ultrapassa a literalidade das disposições contidas em edital, devendo praticar os atos sempre com foco na busca da proposta mais vantajosa para a Administração. Este é o sentido do art. 3º da Lei n.º 8.666/93:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Nesse desiderato, a Comissão de Licitação deve praticar os atos atenta à razoabilidade e às consequências de suas decisões, tendo como primazia o interesse público.

No caso sob exame, o que se percebe é que a decisão pela inabilitação se deu com excessivo formalismo e rigor, o que pode resultar na contratação de serviço mais oneroso para a Administração.

A interpretação da norma, aqui incluídas as disposições editalícias, devem seguir, por exemplo, o disposto no Acórdão n.º 119/2016 – TCU – Plenário, cujo excerto ora transcrevemos, por pertinência:

*“A observância das normas e das disposições do edital, consoante o art. 41, caput, da Lei 8.666/93, deve ser aplicada mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles os da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa. Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a*



**concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios."**

Como já mencionado, o formalismo moderado configura verdadeira ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações.

A doutrina mais moderna já contempla tal entendimento, conforme EGON BOCKMANN MOREIRA e FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES ("in Licitação Pública: A Lei Geral de Licitações/LGL e o Regime Diferenciado de Contratação/RDC, Ed. Malheiros, São Paulo, 2015, 2ª ed. atualizada, revista e aumentada, p. 389):

*"Não se duvida de que o processo de licitação é marcado pelo princípio do formalismo, sendo esse a receita para evitar desvios de fim na manipulação de competências administrativas. Todavia, trata-se de formalismo moderado: as formas não poderão ser entendidas como um fim em si mesmas, desconstruídas das finalidades próprias do certame. Elas revelam-se meramente instrumentais à realização do escopo da licitação. (...).*

A flexibilização da interpretação do edital, ou seja, o formalismo moderado, é tendência na evolução jurídica a respeito do tema licitações públicas, na busca do aumento da disputa propriamente com o fim de obter a proposta mais vantajosa.

É conveniente que se diga, ainda, que o princípio do formalismo moderado não é contraditório em relação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo das propostas.

A licitação deve ser entendida como um instrumento cuja finalidade específica é a celebração de contrato que configure vantagem para a Administração, ou seja, da formalização de ajuste que represente a melhor proposta.

A flexibilização de exigências formais excessivas que não configurem afronta à competitividade exigida nas licitações deve ser o foco da Comissão de Licitação.

O apego excessivo às regras editalícias não pode resultar em contratações mais onerosas para a Administração, o que acarretaria, inclusive, afronta ao princípio da eficiência.

Assim, não há ferimento ao princípio do julgamento objetivo das propostas quando a Comissão de Licitação, verificando que determinado Licitante possui as condições mínimas para assunção do objeto, aceita seus documentos de





habilitação e proposta, mesmo que estes contenham informações incompletas ou erros materiais e formais insignificantes sob pena de, em não aceitando tal proposta, contratar com outra empresa em valor superior ao ofertado.

Repisa-se que a finalidade do procedimento licitatório não é revelar o Licitante que cumpre melhor toda e qualquer exigência estabelecida no Instrumento Convocatório, mas sim selecionar a melhor proposta dentre todas disponíveis.

Vejamos o que entende o TCU a esse respeito, conforme o Acórdão 357/2015 - Plenário:

*"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."*

No mesmo sentido é o Acórdão 11.907/2011 – Segunda Câmara:

*"Deve se evitar a desclassificação de propostas pelo descumprimento de exigências pouco relevantes, em respeito ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Recomendação."*

A análise da Comissão de Licitação deve ser no sentido de identificar se a exigência foi cumprida de alguma forma, atingindo a finalidade pretendida, ainda que o Licitante tenha comprovado determinada condição de forma diferente daquela prescrita.

Assim, tendo comprovado que possui a qualidade técnica suficiente para a execução do serviço, não pode ser inabilitada.

Há manifestações dos tribunais superiores a esse respeito, conforme segue:

*"As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, **possibilitem a participação do maior número de concorrentes**, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa"*

STJ – RESP nº 512.179-PR, rel. Min. Franciulli Netto

*"Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu à formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo das propostas, não se vislumbrando ofensa aos demais princípios*

*exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa."*

*STF – RO em MS n. 23.714-1, DF, rel. Min. Sepúlveda Pertence*

Não se pode olvidar que o Direito Administrativo é dinâmico e evolui para melhor atender as situações cotidianas.

Nesse sentido, a atividade administrativa moderna não está acoplada tão somente ao princípio da legalidade e leva em conta, também, o princípio da juridicidade, impondo à Administração que module seus atos por meio não apenas da lei, mas também dos princípios informadores do Direito Administrativo, com o fito de resguardar o interesse público (proposta mais vantajosa).

A juridicidade leva à legalidade em sentido amplo e tem o condão de afastar entendimentos antiquados de que à Administração somente é permitido agir conforme autorização expressa da lei, quando a esta também é possível agir à luz dos critérios, opiniões e decisões emanadas dos órgãos que aplicam a norma, ou seja, a legalidade é somente mais um dos parâmetros da atividade administrativa.

Tendo isto em conta, verifica-se que o Edital, ao tratar da qualificação técnica/acervo técnico dos concorrentes, dispôs o seguinte em seu subitem 6.1.4:

**6.1.4. Relativamente à qualificação técnica:**

(...)

**b) Acervo técnico:**

**b.2. da empresa:**

*Capacidade Operativa da empresa - Comprovação que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão (ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados das respectivas CAT(s) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional o nome da pessoa jurídica do licitante como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.*

*Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:*



SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM PISO INTERTRAVADO	m <sup>2</sup>	49.000,00
EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,80m	m	1.100

A decisão da Comissão de Licitação pela inabilitação do Recorrente em relação ao item 6.1.4, Letra b.2, conforme destacado mais acima, foi no sentido de que "O consórcio não apresentou atestados de "EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM PISO INTERTRAVADO" suficientes para atingir o quantitativo requerido nos termos do Edital".

Ocorre que, à luz dos documentos apresentados pelo Consórcio e tendo em conta o formalismo moderado, tal entendimento não merece prosperar, mormente se considerarmos que restou comprovada pelo Consórcio a execução de aproximadamente 57.000 m<sup>2</sup> de pavimentação de vias em piso intertravado, o que denota a capacidade técnica para a realização do serviço pretendido, conforme o ÍNDICE DO CADERNO DE HABILITAÇÃO apresentado juntos aos atestados de capacidade técnica, conforme se vê abaixo:

<p>Acervo apresentado na parte de habilitação envelope 1  Item execução Pavimentação de vias em piso intertravado.  Acervo técnico nº 162839/2018 – Engenheiro Mateus do Vale Bartolomeu White.  Folhas 90 à 99  Item 4.1 = 1.539,0M2  Total parcial do item pavimentação de piso intertravado = 1.539,0 M2</p>
<p>Acervo apresentado na parte de Habilitação Envelope 1  Item Execução Pavimentação de Vias em piso intertravado.  Acervo Técnico nº 200108/2019 – Engenheiro Mateus do Vale Bartolomeu White.  Folhas 100 á 109  Item 5.3.1. = 5.225,82 M2  Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 5.225,82 M2</p>
<p>Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  Acervo Técnico nº 218191/2020 - Engenheiro Mateus do Vale Bartolomeu White.  Folhas 110 á 1136  Item 4.5.4. = 796,47 M2  Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 796,47 M2</p>



Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 259429/2022 - Engenheiro Mateus do Vale  
Bartolomeu White.  
Folhas 137 á 147  
Item 13.4 = 1.663,56 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 1.663,56 M2

**Total do item execução de Pavimento Intertravado White = 9.224,85M2**

Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 253723/2021 - Engenheiro Felipe Eduardo Milhomem  
Verbeno A & L  
Folhas 51 á 58  
Item 6.1 = 38.563,00 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 38.563,00 M2

**Total do item execução de Pavimento Intertravado A & L = 38.563.00 M 2**

Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 84078/2014 – Engenheiro João Miranda da Costa  
Neto White (Profissional)  
Folhas 172 á 190  
Item 10.4 = 4.883,08 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 4.883,08 M2

Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 220486/2020 – Engenheiro João Miranda da Costa  
Neto White (Profissional)  
Folhas 203 á 219  
Item 4.2 = 4.280,00 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 4.280,00 M2

Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 160645/2018 – Engenheiro João Miranda da Costa  
Neto White (Profissional)  
Folhas 191 á 202  
Item 7.3 = 300,00 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 300,00 M2

Acervo Apresentado na parte de habilitação Envelope 1  
Item Execução pavimentação de vias em piso intertravado.  
Acervo Técnico nº 251350/2021 – Engenheiro João Miranda da Costa  
Neto White (Profissional)  
Folhas 220 á 233  
Item 6.8 = 353,76 M2  
Total Parcial do item Pavimentação de piso intertravado = 353,76 M2

**Total do Item Execução de Pavimento Intertravado White Profissional = 9.816,84 M2**

**Total Geral do Item Execução de Pavimento Intertravado = 57.604,69 M2**

O Recorrente comprova ter executado serviços de pavimentação de vias em piso intertravado mais que suficientes para a aferição de sua qualificação técnica, o que corrobora o atendimento ao item 6.1.4, Letra b.2 do Instrumento Convocatório.

Portanto, a revisão da decisão da Comissão de Licitação é medida que se impõe.

Além disso, a alegada insuficiência dos atestados, ainda que inexistente, não seria capaz, por si só, de ensejar a inabilitação da Recorrente, até mesmo porque é admitido o saneamento em relação a documentação de natureza declaratória que se refira a fatos externos à própria licitação (certidões, atestados, declarações, etc), podendo esta Comissão, buscando o objetivo da melhor proposta para a administração pública, baixar o feito em diligência e requerer esclarecimentos para atingimento do objetivo maior, o interesse público e a proposta mais vantajosa atingida pela ampla concorrência no certame.

Nesse sentido, é permitido à Comissão de Licitação promover diligências, a teor do item 10.7 do Edital:

*10.7. Poderão ser promovidas diligências pela Comissão de Licitação, de forma a suprir omissões ou esclarecer aspectos inerentes à proposta ou às suas correções.*

Portanto, verifica-se que o caminho escolhido pela Comissão de inabilitação da recorrente é contrário aos documentos e regramentos contidos nos autos do certame, pois a recorrente está dentro do regramento contábil vigente para comprovação da capacidade econômico-financeira exigida para a concorrência, além de deter qualificação técnica superior à exigida no certame, o que indissociavelmente leva à admissão e provimento do presente recurso do Recorrente.



#### **IV – CONCLUSÃO**

Assim, faz-se necessária a revisão da decisão da Comissão de Licitação, com a consequente habilitação da Recorrente, a uma porque os balanços patrimoniais apresentados estão em conformidade com a legislação de regência, na forma do tópico III.1 do presente Recurso e; a duas, porque a qualificação-técnica restou amplamente demonstrada nos documentos que compuseram o ENVELOPE 1 da Concorrência sob exame, a teor do tópico III.2 desta peça processual.

Por fim, importante destacar o objetivo fundamental do procedimento licitatório, que é exatamente a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, visando assim a garantia do princípio da supremacia do interesse público.

A vantajosidade consta de modo expresso no artigo 3º da Lei das Licitações, dispondo basicamente que o Poder Público deve buscar a contratação que seja tanto economicamente mais vantajosa — menor gasto de dinheiro público — quanto que assim o seja qualitativamente, melhor gasto.

Contudo, importante ressaltar que o contexto da lei 8.666/93 privilegia o menor preço, sugerindo-o como regra nos procedimentos de que trata.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A inabilitação da recorrente vai contra diversos princípios constitucionais e administrativos que regem as licitações públicas, não podendo a Comissão de Licitação deixar de analisar concretamente os fatos aduzidos nestes recursos, pois a exclusão indevida da recorrente não apenas trata-se de um ato ilegítimo, mas também contrário ao interesse público, de modo que irá onerar indevidamente a Administração, tendo em vista que a proposta da recorrente é a mais vantajosa para referida contratação.

Ainda sobre o tema, trazemos a inovação trazida pela nova lei de licitações, Lei n. 14.133/2021:

**Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:**





I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - **evitar contratações com sobrepreço** ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

(...)

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

I - os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei;

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

(...)

(grifo nosso)

Vemos assim que o provimento do presente recurso irá garantir a observância integral dos dispositivos e normas licitatórias.

## **V – DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria o recebimento destas Razões de Recurso e seu regular processamento para que, no mérito, seja-lhe dado o **INTEGRAL PROVIMENTO**, julgando-as **PROCEDENTES**, com a consequente modificação da decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, de forma a habilitar o **RECORRENTE – CONSÓRCIO WA**.

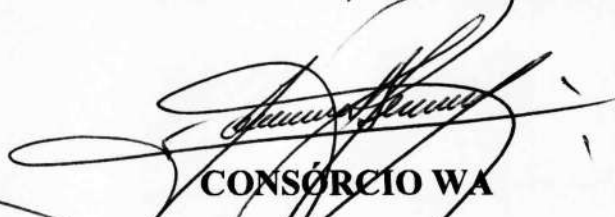
Alternativamente, caso a Comissão Permanente de Licitação entenda de maneira diversa, requer-se o encaminhamento deste Recurso à autoridade superior

com vistas à apreciação do mérito recursal, na forma do § 4º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Brasília-DF, 30 de maio de 2022

  
**ITALO MACIEL MAGALHÃES**  
**OAB/DF 23.550**

  
**CONSÓRCIO WA**  
**WHITE TRATORES E SERVIÇOS**  
**EIRELI CNPJ n.º04.000.710/0001-72**  
**A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS**  
**CNPJ n.º08.054.995/0001-85**

Anexo:

Procuração ao Patrono do Consórcio

Balanço da empresa A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS comprovando o ECD SPED

Comprovação do ECD SPED empresa WHITE TRATORES E SERVIÇOS

Instrução Normativa n.º 2.003, de 18 de janeiro de 2021

RFB n.º 2.082, de 18 de maio de 2022

**PROCURAÇÃO**

**OUTORGANTE:**

O **CONSÓRCIO WA**, composto pelas empresas **WHITE TRATORES E SERVIÇOS EIRELI**, empresa privada inscrita sob o CNPJ n.º 04.000.710/0001-72, domiciliada nesta capital e **A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS**, empresa privada, inscrita sob o CNPJ n.º 08.054.995/0001-85, domiciliada no Estado do Pará, ambas representadas legalmente (m.j.) pelo Sr. **ISRAEL MACEDO RIBEIRO**, inscrito no CPF sob o n.º 442.797.601-87 (m.j.). Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado:

**OUTORGADO:**

**MACIEL MAGALHÃES ADVOGADOS ASSOCIADOS**, escritório de advocacia devidamente inscrito no CNPJ n.º 09.509.360/0001-98 e na OAB/DF 1359, **ITALO MACIEL MAGALHÃES**, brasileiro, advogado devidamente inscrito na OAB/DF sob o n.º 23.550, com endereço profissional no SCN Qd 02, Bl D, Torre B, Salas 303/305, Liberty Mall, CEP n.º 70712-904, Asa Norte, Brasília - DF Telefone: (61) 39636727, Fax: (61) 39636737.

A quem concedo todos os poderes para me representar judicialmente ou administrativamente, para o que concede todos os poderes das cláusulas "*Ad-Judicia et Extra*", com amplos e ilimitados poderes perante qualquer INSTÂNCIA, FORO ou TRIBUNAL, em JUÍZO OU FORA DELE, podendo acordar, discordar, transigir, recorrer, desistir, renunciar, receber e dar quitação, propor e variar as ações e recursos, prestar as declarações e informações, apresentar provas, acompanhar processos, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, assinar termos, requerimentos e demais papéis, podendo inclusive transigir, dar quitação, renunciar e formular acordos, requer também cópias de documentos, certidões, declarações perante cartórios, órgãos ou repartições públicas, com poderes especiais para atuação dos autos do Processo Administrativo n.º 0110-00002474/2021-45 SODF, Concorrência n.º 012/2021-DECOMP/DA, enfim, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, exercendo todos os poderes acima, podendo ainda substabelecer, com ou sem reservas os poderes que lhe fora conferido, dando tudo por bom, firme e valioso.

Brasília/DF, 30 de Maio de 2022.



**CONSÓRCIO WA**

**WHITE TRATORES E SERVIÇOS EIRELI    A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS**

CNPJ n.º 04.000.710/0001-72

CNPJ n.º 08.054.995/0001-85





**A & L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 08.054.995/0001-85 NIRE: 15200938251 Data: 07/06/2006

Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2020 DIÁRIO: 10

**ATIVO**

<b>CIRCULANTE</b>		<b>12.096.998,02</b>
<b>DISPONIVEL</b>		<b>1.176.020,61</b>
Caixa	211.279,02	
Banco Conta Movimento	149.186,86	
Aplicações Financeiras	815.554,73	
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO</b>		<b>10.920.977,41</b>
<b>CLIENTES A RECEBER</b>		<b>5.687.563,74</b>
Vale S/A	1.881.986,31	
Salobo Metais S/A	3.805.577,43	
<b>ADIANTAMENTOS</b>		<b>484.782,85</b>
Adiantamentos de Salários e Rescisões	2.646,20	
Adiantamentos a Fornecedores	482.136,65	
<b>VALORES A RECUPERAR</b>		<b>13.163,43</b>
Valores sobre folha a compensar/recuperar	1.135,91	
Valores de tributos a compensar/recuperar	12.027,52	
<b>EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS</b>		<b>4.735.467,39</b>
Empréstimos a Terceiros	4.735.467,39	
<b>NÃO - CIRCULANTE</b>		<b>8.727.270,85</b>
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO</b>		<b>402.066,55</b>
<b>EMPRÉSTIMOS A SÓCIOS</b>		<b>277.942,85</b>
Empréstimos a Sócios	277.942,85	
<b>TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO</b>		<b>124.123,70</b>
Títulos de Capitalização	124.123,70	
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>8.325.204,30</b>
Móveis e Utensílios	251.042,80	
Máquinas e Equipamentos	12.353.494,10	
Veículos	4.035.678,04	
Equipamentos de Informática	109.214,35	
Instalações	1.100.000,00	
Tratores	7.979.000,00	
Imóveis e Terrenos	1.581.752,68	
Adiantamentos de Consórcios	371.823,23	
(-) Depreciação acumulada	19.456.800,90	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.824.268,87</b>

Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 1432 do Livro Diário n.º 10, do Balanço Patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme recibo do Sped Contábil Digital n.º 99.EE.A0.


79.D0.14.8A.4E.A8.C4.74.E7.23.67.64.D0.31.E8.1F.A7-0, entregue em 16/04/2021, às 08:10:45

A empresa não possui Conselho Fiscal Instalado.

A empresa não possui Auditoria Independente.

Parauapebas - PA, 31 de dezembro de 2020.

  
Luciano Silva Lima  
Sócio Administrador  
CPF: 931.411-735-91  
RG: 5812892SSP/BA

  
Charles Augusto Vasconcelos  
Contabilista - CRCDF 013706/O-9  
CPF: 406.987.343-00  
RG: 2050111SSP/DF



A & L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 08.054.995/0001-85 NIRE: 15200938251 Data: 07/06/2006

Balanco Patrimonial encerrado em 31/12/2020

## PASSIVO

<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.156.158,24</b>
Fornecedores	771.528,65	
Ordenados e Salários a Pagar	425.399,59	
Obrigações Trabalhista/Sociais	936.874,31	
Obrigações Tributárias	1.235.922,09	
Financiamentos a curto prazo	1.675.051,07	
Terrenos a pagar	39.106,98	
Outras Obrigações a Pagar	72.275,55	
Lucros Distribuidos a pagar		
<b>NÃO - CIRCULANTE</b>		<b>4.927.881,88</b>
Financiamentos de Máquinas/Veiculos	3.807.317,50	
Terrenos a pagar	387.014,98	
Parcelamento de Tributos Federais	733.549,40	
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>10.740.228,75</b>
<b>CAPITAL</b>		<b>8.000.000,00</b>
Andreia Lima Santos	400.000,00	
Luciano Silva Lima	7.600.000,00	
<b>RESERVA DE CAPITAL</b>		<b>2.740.228,75</b>
Lucro e/ou Prejuízo Acumulado	305.390,72	
Lucro do Trimestre Findo	2.434.838,03	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>20.824.268,87</b>

Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

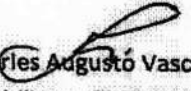
As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 1432 do Livro Diário n.º 10, do Balanço Patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme recibo do Sped Contábil Digital n.º 99.EE.A0.79.D0.14.8A.4E.A8.C4.74.E7.23.67.64.D0.31.E8.1F.A7-0, entregue em 16/04/2021, às 08:10:45

A empresa não possui Conselho Fiscal Instalado.

A empresa não possui Auditoria Independente.

  
Luciano Silva Lima  
Sócio Administrador  
CPF: 931.411-735-91  
RG: 5812892SSP/BA

Parauapebas - PA, 31 de dezembro de 2020.

  
Charles Augusto Vasconcelos  
Contabilista - CRCDF 013706/O-9  
CPF: 406.987.343-00  
RG: 2050111SSP/DF



**A & L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA**

CNPJ: 08.054.995/0001-85 NIRE: 15200938251 Data: 07/06/2006

**Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2020**

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>25.139.447,34</b>
Receita de Prestação de Serviços	23.819.990,28	
Receita de Locação de Máquinas e Equip.	1.319.457,06	
<b>DEDUÇÕES E ABATIMENTOS</b>	-	<b>2.081.589,35</b>
ISS Sobre Serviços	-1.163.999,52	
PIS Sobre Faturamento	-163.406,42	
Cofins Sobre Faturamento	-754.183,41	
<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>		<b>23.057.857,99</b>
<b>DESPESA OPERACIONAIS</b>	-	<b>16.953.230,19</b>
Custo de Serviços Prestados	- 9.805.313,28	
Despesas Administrativas	-3.069.287,05	
Despesas Operacionais		
Despesas Tributárias	-182.697,34	
Depreciações	-3.895.932,52	
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	-	<b>958.617,87</b>
Receita Financeira	144.414,90	
Despesa Financeira	-1.103.032,77	
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>5.146.009,93</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		
<b>REVERSÃO PROV. P/ CONTINGÊNCIA</b>		
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.146.009,93</b>
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS S/ LUCRO</b>	-	<b>2.711.171,90</b>
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	-724.016,08	
IMPOSTO DE RENDA	-1.987.155,82	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.434.838,03</b>


Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.


As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 1432 do Livro Diário n.º 10, do Balanço Patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme recibo do Sped Contábil Digital n.º 99.EE.A0.79.D0.14.8A.4E.A8.C4.74.E7.23.67.64.D0.31.E8.1F.A7-0, entregue em 16/04/2021, às 08:10:45

A empresa não possui Conselho Fiscal Instalado.

A empresa não possui Auditoria Independente.

Parauapebas - PA, 31 de dezembro de 2020.

  
Luciano Silva Lima  
Sócio Administrador  
CPF: 931.411-735-91  
RG: 5812892SSP/BA

  
Charles Augusto Vasconcelos  
Contabilista - CRCDF 013706/O-9  
CPF: 406.987.343-00  
RG: 2050111SSP/DF





A & L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ: 08.054.995/0001-85 NIRE: 15200938251 Data: 07/06/2006

Índices de Liquidez

*Índices de Liquidez*

**ILC - Índice de Liquidez Corrente**

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = 2,35$$

**ILG - Índice de Liquidez Geral**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}} = 1,24$$

*Índice de Solvência*

**ISG = Índice de Solvência Geral**

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{PC} + \text{ELP}} = 2,07$$

*Índice de Endividamento*

**IE = Índice de Endividamento**


$$\text{IE} = \frac{\text{PC} + \text{ELP}}{\text{Ativo Total}} = 0,48$$


Sob as penas da Lei declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.  
As informações foram extraídas das folhas n.º 01 a 1432 do Livro Diário n.º 10, do Balanço Patrimonial de 01/01/2020 a 31/12/2020, registrado na Junta Comercial do Estado do Pará, conforme recibo do Sped Contábil Digital n.º 99.EE.A0.79.D0.14.8A.4E.A8.C4.74.E7.23.67.64.D0.31.E8.1F.A7-0, entregue em 16/04/2021, às 08:10:45

A empresa não possui Conselho Fiscal Instalado.

A empresa não possui Auditoria Independente.

Parauapebas - PA, 31 de dezembro de 2020.

  
Luciano Silva Lima  
Sócio Administrador  
CPF: 931.411-735-91  
RG: 5812892SSP/BA

  
Charles Augusto Vasconcelos  
Contabilista - CRCDF 013706/O-9  
CPF: 406.987.343-00  
RG: 2050111SSP/DF



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ

04.000.710/0001-72

SCP

NOME EMPRESARIAL

WHITE TRATORES SERVICOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO

01/01/2020 a 31/12/2020

SITUAÇÃO

Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

4D.56.67.DC.67.04.C8.18.D6.C4.4F.A8.D9.E8.03.6A.3A.79.5B.C9

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Titular Pessoa Física - EIRELI	26235781253	JOAO VICENTE FERREIRA DO VALE 26235781253	7384266138911449228	30/09/2021 a 30/09/2022
Contador/Contabilista	69447829104	SANDRO COIMBRA BRITO 69447829104	3256983252677608964	17/03/2021 a 17/03/2022

NÚMERO DO RECIBO:

4D.56.67.DC.67.04.C8.18.D6.C4.4F.A8.  
D9.E8.03.6A.3A.79.5B.C9-1

Escrutação recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/10/2021 às 16:20:25

48.81.ED.D7.A0.ED.9D.CF  
9D.D7.48.C5.16.96.97.56

**NORMAS****Visão Multivigente****INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2003, DE 18 DE JANEIRO DE 2021**

(Publicado(a) no DOU de 20/01/2021, seção 1, página 46)

Dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD).

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.

Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil;

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; e



VI - à entidade Itaipu Binacional, tendo em vista o disposto no art. XII do Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973.

§ 2º As exceções a que se referem os incisos I e V do § 1º não se aplicam à microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha recebido aporte de capital na forma prevista nos arts. 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§ 3º A exceção a que se refere o inciso V do § 1º não se aplica às pessoas jurídicas que distribuírem parcela de lucros ou dividendos sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) em montante superior ao valor da base de cálculo do imposto sobre a renda apurado, diminuída dos impostos e das contribuições a que estiverem sujeitas.

§ 4º As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a Escrituração Fiscal Digital do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (EFD ICMS/IPI) ficam obrigadas a apresentar o livro Registro de Inventário na ECD, como livro auxiliar.

§ 5º Deverão apresentar a ECD em livro próprio:

I - as Sociedades em Conta de Participação (SCP), quando enquadradas na condição de obrigatoriedade de apresentação da ECD estabelecida no caput;

II - as pessoas jurídicas domiciliadas no País que mantiverem no exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 8º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006; e

III - as Empresas Simples de Crédito (ESC) de que trata a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019.

§ 6º As pessoas jurídicas que não estejam obrigadas a apresentar a ECD podem apresentá-la de forma facultativa, inclusive para atender ao disposto no art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 7º Os consórcios de empresas instituídos na forma dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, quando possuírem inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), poderão entregar a ECD de forma facultativa.

Art. 4º A ECD deve ser gerada por meio do Programa Gerador de Escrituração (PGE), desenvolvido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e disponibilizado na Internet, no endereço <http://sped.rfb.gov.br>.

Parágrafo único. O PGE dispõe de funcionalidades para criação, edição, importação, validação, assinatura, visualização, transmissão, recuperação do recibo de transmissão, entre outras, a serem utilizadas no processamento da ECD.

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021) (Vide Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022)

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.

§ 2º A ECD transmitida no prazo previsto no caput será considerada válida depois de confirmado seu recebimento pelo Sped.

§ 3º Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos: (Vide Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022)

I - se o evento ocorrer no período compreendido entre janeiro a abril, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês de maio do mesmo ano; e (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021)

II - se o evento ocorrer no período compreendido entre maio a dezembro, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021)

§ 4º A obrigação prevista no § 3º não se aplica à incorporadora nos casos em que esta e a incorporada estavam sob o mesmo controle societário desde o ano-calendário anterior ao do evento.

Art. 6º A autenticação dos livros e documentos que integram a ECD das empresas mercantis e atividades afins subordinadas às normas gerais prescritas na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, será comprovada pelo recibo de entrega da ECD emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra autenticação.

Art. 7º A autenticação exigível para fins tributários de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio poderá ser feita pelo Sped por meio de apresentação da ECD.

Parágrafo único. A autenticação dos livros contábeis digitais de que trata o caput será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo Sped, dispensada qualquer outra forma de autenticação, nos termos do Decreto nº 9.555, de 6 de novembro de 2018.

Art. 8º A ECD autenticada somente pode ser substituída caso contenha erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo, conforme previsto nos itens 31 a 36 da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 (R1) - Escrituração Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, publicada em 12 de dezembro de 2014.

§ 1º Na hipótese de substituição da ECD, sua autenticação será cancelada e deverá ser apresentada ECD substituta, à qual deve ser anexado o Termo de Verificação para Fins de Substituição, o qual conterá:

I - a identificação da escrituração substituída;

II - a descrição pormenorizada dos erros;

III - a identificação clara e precisa dos registros com erros, exceto quando estes decorrerem de erro já descrito;

IV - autorização expressa para acesso às informações pertinentes às modificações por parte do Conselho Federal de Contabilidade; e

V - a descrição dos procedimentos pré-acordados executados pelos auditores independentes, quando estes julgarem necessário.

§ 2º O Termo de Verificação para Fins de Substituição deve ser assinado pelo profissional da contabilidade que assina os livros contábeis substitutos e também pelo auditor independente, no caso de demonstrações contábeis auditadas por este.

§ 3º O profissional da contabilidade que não assina a escrituração poderá manifestar-se no Termo de Verificação para Fins de Substituição de que trata o § 1º, desde que a manifestação se restrinja às modificações nele relatadas.

§ 4º A substituição da ECD prevista no caput só poderá ser feita até o fim do prazo de entrega da ECD relativa ao ano-calendário subsequente.

§ 5º São nulas as alterações efetuadas em desacordo com este artigo ou com o Termo de Verificação para Fins de Substituição.

Art. 9º A apresentação dos livros digitais de acordo com o disposto nesta Instrução Normativa supre:

I - em relação às mesmas informações, a exigência contida na Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001;

II - a obrigação de escriturar o livro Razão ou as fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no livro Diário, prevista no art. 14 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991; e

III - a obrigação de transcrever, no livro Diário, o Balancete ou o Balanço de Suspensão ou a Redução do Imposto de que trata o art. 35 da Lei nº 8.981, de 1995.

Art. 10. Os usuários do Sped a que se refere o art. 3º do Decreto nº 6.022, de 2007, terão acesso às informações relativas à ECD disponíveis no ambiente nacional do Sped.

§ 1º O acesso ao ambiente nacional do Sped fica condicionado à autenticação mediante certificado digital emitido por entidade credenciada pela ICP-Brasil.

§ 2º O acesso a que se refere o caput será realizado com observância das seguintes regras:

I - será restrito às informações pertinentes à competência do usuário;

II - o usuário deve guardar, quanto às informações a que tiver acesso, os sigilos comercial, fiscal e bancário de acordo com a legislação respectiva; e

III - será realizado na modalidade integral para cópia do arquivo da escrituração, ou na modalidade parcial para cópia e consulta à base de dados agregados, que consiste na consolidação mensal de informações de saldos contábeis e nas demonstrações contábeis.

§ 3º Para realizar o acesso na modalidade integral, o usuário do Sped deverá ter iniciado procedimento fiscal dirigido à pessoa jurídica titular da ECD ou que tenha por objeto fato a ela relacionado.

§ 4º O acesso previsto no caput também será permitido à pessoa jurídica em relação às informações por ela transmitidas ao Sped.

§ 5º Será mantido no ambiente nacional do Sped, pelo prazo de 6 (seis) anos, o registro dos eventos de acesso, que conterà:

I - a identificação do usuário;

II - a identificação da autoridade certificadora emissora do certificado digital;

III - o número de série do certificado digital;

IV - a data e a hora da operação; e

V - a modalidade de acesso realizada, de acordo com o inciso III do § 2º.

§ 6º As informações sobre o acesso à ECD ficarão disponíveis para o seu titular no ambiente nacional do Sped.

Art. 11. A pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no art. 5º, ou que apresentá-la com incorreções ou omissões, fica sujeita às multas previstas no art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, aplicáveis inclusive aos responsáveis legais.

Parágrafo único. As multas a que se refere o caput não se aplicam à pessoa jurídica não obrigada a apresentar ECD nos termos do art. 3º, inclusive à que a apresenta de forma facultativa ou esteja obrigada por força de norma expedida por outro órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta que tenha atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização.

Art. 12. A Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis) editará as normas complementares necessárias à aplicação do disposto nesta Instrução Normativa, em especial para:

I - estabelecer regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos;

II - instituir tabelas de códigos internas ao Sped; e



III - criar as fichas de lançamento a que se refere o inciso III do caput do art. 2º.

Art. 13. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017;   ✍

II - a Instrução Normativa RFB nº 1.856, de 13 de dezembro de 2018; e   ✍

III - a Instrução Normativa RFB nº 1.894, de 16 de maio de 2019.   ✍

Art. 14. Esta Instrução Normativa será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.   ✍

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO

\*Este texto não substitui o publicado oficialmente.



**NORMAS****Visão Multivigente****INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2082, DE 18 DE MAIO DE 2022**

(Publicado(a) no DOU de 19/05/2022, seção 1, página 20)

Prorroga os prazos de transmissão da Escrituração Contábil Digital e da Escrituração Contábil Fiscal referentes ao ano-calendário de 2021.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, no art. 2º do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa prorroga, em caráter excepcional, o prazo final para transmissão da:

I - Escrituração Contábil Digital (ECD), previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, para o último dia útil do mês de junho de 2022; e

II - Escrituração Contábil Fiscal (ECF), previsto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, para o último dia útil do mês de agosto de 2022.

Parágrafo único. Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão total ou parcial, incorporação ou fusão:

I - a ECD prevista no § 3º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 2021, referente ao ano-calendário de 2022, deverá ser entregue até o último dia útil:

- a) do mês de junho de 2022, se o evento ocorrer no período de janeiro a maio; e
- b) do mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de junho a dezembro; e

II - a ECF prevista no § 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.004, de 2021, deverá ser entregue até o último dia útil:

- a) do mês de agosto de 2022, se o evento ocorrer no período de janeiro a maio; e
- b) do 3º (terceiro) mês subsequente ao do evento, se este ocorrer no período de junho a dezembro.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JULIO CESAR VIEIRA GOMES

\*Este texto não substitui o publicado oficialmente.

